

AS PRAÇAS QUE A GENTE VIU! AS PRAÇAS QUE A GENTE QUER!

Felipe Sobczynski Gonçalves

Mestrando, UFPR, CEPELS¹, Rede CEDES²

Rosane Fátima Pikussa

Graduanda, UFPR, CEPELS, Rede CEDES

Thiago de Oliveira

Graduando, UFPR, CEPELS, Rede CEDES

Talita Marques Santos

Graduanda, UFPR, CEPELS, Rede CEDES

RESUMO

A crescente urbanização faz com que a utilização dos espaços das cidades seja direcionada para a funcionalidade e lucratividade. Neste contexto a tendência é que aconteça uma despreocupação com os espaços públicos de lazer e esporte por parte da gestão pública. Assim, trazemos as praças como foco principal da discussão com o objetivo de entender a proposição e a manutenção destas por parte do poder público além de suas possibilidades de uso e apropriação no cotidiano das cidades.

ABSTRACT

The increasing urbanization makes with that the use of the spaces of the cities is addressed for the functionality and profitability. In this context the tendency is that easiness happens with the public spaces of leisure and sport on the part of the public administration. Like this, we bring the squares as main focus of the discussion with the objective of understanding the proposition and the maintenance of these on the part of the public power besides your use possibilities and appropriation in the daily of the cities.

RESUMEN

Las marcas de aumento de la urbanización hacen con que el uso de los espacios de las ciudades sea para la funcionalidad y lo beneficioso. En este contexto la tendencia es que sucede una despreocupación con los espacios públicos del ocio y del deporte de parte de la administración pública. Así, traemos las plazas como foco principal de la discusión con el objetivo para entender la proposición y el mantenimiento de éstos de parte de lo poder público más allá de sus posibilidades de uso y de apropiación en el diario de las ciudades.

INTRODUÇÃO

Durante as pesquisas realizadas pelo núcleo da Rede CEDES, da Universidade Federal do Paraná surgiram inúmeras questões interessantes acerca da temática dos espaços e equipamentos de esporte de lazer, das quais uma se tornou tema do presente artigo: até que ponto existe uma preocupação, por parte do poder público, com o modelo arquitetônico das praças no que se refere à diversidade de usos e apropriações no âmbito das experiências do lazer e do esporte?

Buscamos responder esta questão através dos seguintes objetivos: compreender qual a principal função das praças a partir dos equipamentos existentes; perceber como o

¹ Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade do Departamento de Educação Física da UFPR

² Centro Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer, programa vinculado ao Ministério do Esporte vinculado ao CEPELS

poder público está mantendo estes espaços; e detectar quais as possibilidades de vivências no âmbito do lazer.

O estudo das praças a partir dos equipamentos disponibilizados pode nos levar a entender como o poder público vem pensando estes espaços e estabelecendo suas funções, além de perceber a importância que vem sendo dispensada aos mesmos. Tal importância também pode ser percebida ao analisarmos as condições de uso em que os equipamentos se encontram resultado das ações das políticas públicas no que tange a manutenção de diferentes ambientes urbanos. E, por fim, ao detectar as possibilidades de vivências no âmbito do lazer (que dependem tanto da função da praça quanto da manutenção pelo poder público) poderemos verificar se atendem, ou não, as necessidades da população.

Portanto, a pertinência deste estudo está em ressaltar a importância dos espaços públicos de Lazer que, cada vez mais raros no ambiente urbano, vêm sendo desvalorizados em detrimento dos espaços privados, os quais privilegiam as relações capitalistas, transformando o Lazer em mera mercadoria, acessível apenas a uma parte da população. Deixando de considerar que uma das características mais interessantes das Praças, além da acessibilidade a todos os cidadãos, é a possibilidade de sociabilidade que há nesses lugares.

Acredita-se que a dinâmica das relações sociais estabelecidas nas Praças podem ser influenciadas, entre vários fatores, pela composição dos espaços e seus equipamentos, que podem oportunizar o desenvolvimento da reflexão crítica a cerca do cotidiano urbano. Destaca-se então, a importância do espaço público como expressão da vida coletiva de uma cidade.

Assim, acreditamos na possibilidade de colaborar com o debate referente à temática, gerando reflexões que possam contribuir com as discussões sobre os espaços públicos de Lazer, esperando fornecer subsídios para políticas públicas que efetivamente favoreçam os usuários.

METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se na análise cultural proposta por GEERTZ (1989), a qual tem suas bases apoiadas na etnografia. A realização da análise cultural pressupõe uma descrição densa dos espaços visitados possibilitando diferentes observações da realidade.

A primeira etapa da pesquisa correspondeu à coleta de dados que foi realizada dentro do projeto “Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer das Cidades do Paraná”³ desenvolvido pelo núcleo da rede CEDES-UFPR. Inicialmente foi realizado um mapeamento dos espaços públicos de lazer e esporte das cidades a partir de uma pesquisa em sites da internet. Na impossibilidade de realizarmos visitas a todos os espaços selecionados, em função do tempo reduzido de permanência nas cidades, houve a necessidade de delimitar os ambientes a serem investigados. Após serem divididos em quatro categorias de análise (Praças, Parques, Espaços Esportivos e Espaços Culturais) foram ainda estabelecidos os seguintes critérios para uma escolha prévia dos espaços: o tamanho e a capacidade dos mesmos – espaços maiores e/ou que atendessem o maior número de pessoas; os equipamentos disponíveis – espaços com maior número e variedade de equipamentos; e a relevância do espaço para a cidade – espaços que se constituem como referências no ambiente urbano, sendo os mais reconhecidos pela população e indicados pelos órgãos públicos para a nossa pesquisa.

Após um contato prévio com as Secretarias de Esporte e Lazer, de Cultura e de Meio Ambiente das cidades, realizou-se a visita técnica onde a coleta de dados em cada

³ Projeto de pesquisa coordenado pela Professora Doutora Simone Rechia.

espaço se deu através de fotografias, filmagens, entrevistas semi-estruturadas com responsáveis pelos espaços e descrição densa utilizando um protocolo de observação⁴.

A segunda etapa da pesquisa se caracterizou pela análise dos dados referentes às Praças pesquisadas nas cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Apucarana e Cambé, num total de doze espaços. A partir disso houve a elaboração das seguintes categorias: os modelos arquitetônicos das Praças pesquisadas, a variedade de equipamentos disponibilizados, a disposição geográfica das praças no meio urbano, a manutenção dos espaços e equipamentos, e as possibilidades de apropriação dos usuários em tais espaços.

ESPAÇOS PÚBLICOS: PARA QUEM? PARA QUÊ?

A compreensão do fenômeno lazer está atrelada, entre outros fatores, à questão do espaço. Pensar sobre a categoria espaço é pensar em um instrumento importante para a compreensão da realidade se considerarmos que o espaço não é apenas um “palco inerte”⁵ onde os atores sociais desenvolvem suas ações. Tanto o espaço é determinado pelo homem a partir de uma relação funcionalista, quanto pode determinar suas ações se constituindo como um instrumento de dominação e poder. Desta maneira, o estudo da constituição dos espaços em nossa sociedade nos dá subsídios para a elucidação dos fenômenos sociais mais complexos como as relações de trabalho estabelecidas, a crescente urbanização e as manifestações sociais e culturais ocorrentes no âmbito do lazer.

O desenvolvimento da sociedade moderna urbanizada tornou o espaço um elemento escasso e economicamente valorizado. Nas grandes cidades, os sujeitos acostumam-se a viver com espaços reduzidos devido à necessidade de se ocupar os espaços sobrantes para os mais variados fins. Um exemplo disso são os condomínios verticais que visam alojar o maior número de pessoas em um menor espaço possível.

Essa redução do espaço de convívio para a utilização funcionalista juntamente com o entendimento do lazer como atividade não produtiva, conseqüências da concentração urbana crescente e irreversível, faz com que os espaços destinados ao lazer nas cidades sejam cada vez mais raros. Segundo PINA citado por MÜLLER (2002)

com esse aumento exacerbado da população no meio urbano é necessário que existam mais áreas e sistemas operacionais de circulação, comunicação energia, serviços e outros, uma vez que o território passa a ser solicitado por um número crescente de habitantes. Com esses aspectos não solucionados, foram reduzidos gradativamente o espaço urbano e qualidade de vida de seus habitantes (p.3).

Isso é evidente ao percebermos que todo esse crescimento populacional no meio urbano não foi acompanhado de um paralelo desenvolvimento de uma infra-estrutura adequada, gerando não só a escassez dos espaços, mas conseqüentemente uma desigual distribuição dos espaços de lazer na cidade centralizando os principais meios disponibilizados restringindo assim o acesso pela camada mais humilde da população. MARCELLINO (2006) aponta que

essa situação é agravada, sobretudo se considerarmos que, cada vez mais, as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia, e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos: justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte

⁴ Para um maior aprofundamento da metodologia do projeto consultar: FRANÇA, Rodrigo de; RECHIA, Simone, 2006.

⁵ Maria Tereza D.P. Luchiaro aponta a importância da compreensão do espaço para a análise social em seu texto *A categoria espaço na teoria social*.

adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo, cada vez menos encontramos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea, ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais (p.72).

É interessante também refletirmos sobre quem está oferecendo espaços e serviços de lazer e para quem eles se destinam. As ações da iniciativa privada vêm se constituindo como as principais alternativas para vivências no tempo e espaço de lazer nas cidades, fator que torna o acesso ao lazer restrito às camadas sociais mais privilegiadas economicamente. Sob esta ótica, o lazer é nocivamente entendido como mercadoria e a lógica capitalista transforma, muitas vezes, os sujeitos em meros consumidores que acabam absorvendo a cultura comercializada, estando totalmente a mercê da lógica dominante no meio social, isso acaba por contribuir para a permanência de um espírito de passividade do usuário desses serviços. MARCASSA (2003) alerta que no tempo e espaço de lazer

são consumidos produtos culturais intimamente articulados aos interesses do capital e das classes dominantes em disseminar saberes, valores, significados e formas de relacionamento e reproduzir determinada ordem social e seus modos de ser, viver e compreender a vida correspondentes. Esta é a manifestação do lazer enquanto indústria cultural (p.5).

Notamos assim uma necessidade urgente na proposição de espaços/equipamentos de lazer que venham possibilitar diversificadas experiências ao sujeito, visto que de nada adianta lutar para o aumento do tempo livre do trabalhador se este acabar por utilizá-lo na afirmação dessa política de “mercolazer”⁶ que vem se constituindo no mundo moderno.

Nesse sentido, Marcellino aponta que a democratização do lazer no ambiente urbano depende da democratização do espaço. Para que a população possa usufruir o seu tempo de lazer com qualidade é necessário que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível e acessível. Em nosso entendimento, uma das alternativas para que isso aconteça efetivamente é a tomada de responsabilidade por parte do poder público no que se refere à construção e manutenção dos espaços públicos de lazer de acordo com as necessidades e anseios da população. MASCARENHAS (2005) aponta que alguns espaços podem significar alternativas, segundo o autor:

As praças públicas, os centros de recreação e de cultura popular, entre tantas outras atividades [possíveis] de fortalecimento do uso emancipatório do tempo livre, constituem alguns exemplos de que a inatividade somente pode ser aprofundada se houver o que fazer fora do trabalho tradicional, principalmente fundado na existência de mecanismos de financiamento do tempo livre. De outra forma, lamentavelmente deverá ser cada vez mais o *shopping center* o local de exercício do ócio não criativo, praticado apenas pelos que tem dinheiro. (POCHMANN, citado por MASCARENHAS 2005, p.165)

Nessa direção certos espaços públicos podem contrapor a lógica do consumo e da ocupação produtiva do ócio se caracterizando como lugares privilegiados para o desenvolvimento de manifestações culturais e políticas.

Entretanto, podemos notar, por muitas vezes certa negligência com relação aos espaços públicos disponibilizados a população, fato esse que parte não somente da administração pública, mas também devido à falta de consciência, por parte dos usuários, da importância de apropriar-se de ambientes adequados e que proporcionem diversificadas experiências no seu tempo disponível. É de fácil percepção que a melhoria e ampliação dos

⁶ Categoria trabalhada por MASCARENHAS (2005).

equipamentos de lazer não são constantemente reivindicadas e assim não são entendidos como uma das prioridades da gestão, ocasionando por muitas vezes um sucateamento e descaso nos já ínfimos e inadequados espaços públicos de lazer. Segundo MULLER (2002):

O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros (p.2).

Esse direito na verdade é uma necessidade, um meio de realização dos seres humanos que se ocupam majoritariamente, em seu cotidiano, com as atividades ligadas ao trabalho, além de outras obrigações do dia-a-dia. Assim mostra-se pertinente buscar alternativas e possibilidades que possam despertar nas pessoas um anseio que extrapole o mero “sobreviver”, e possa realmente capacitar a população para que estes possam exercer o seu direito.

Além da luta para obtenção de novos espaços, é preciso tratar da conservação dos já existentes. Muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de espaços destinando-os a sua própria função original, ou, com adaptações necessárias, a outras finalidades. (MARCELLINO, 2006).

PRAÇAS E LAZER: RESSIGNIFICANDO CONCEITOS

Para definir as praças e as suas funções na vida urbana brasileira, MACEDO e ROBBA (2003) consideraram duas premissas básicas, o uso e a acessibilidade do espaço, para chegar ao seguinte conceito: “Praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (p.17). Tal conceito nos leva a perceber que as praças são, em sua essência, espaços de lazer urbanos que, por serem públicas tornam o acesso à população facilitado. Por esse motivo o estudo das praças, das suas concepções e de seus equipamentos torna-se fundamental para compreender um pouco mais sobre o fenômeno do lazer e a sua relação como os espaços públicos no cotidiano das cidades.

No Brasil, as primeiras praças surgiram nos espaços na frente das Igrejas, que eram construídas no embrião da maioria das cidades ainda no período colonial. A valorização e a centralidade destes espaços atraíam para o seu entorno as mais ricas residências, os mais importantes prédios públicos e o melhor comércio.

As praças coloniais brasileiras sempre permitiram que várias funções acontecessem no mesmo espaço, atividades sacras e profanas, civis e militares.

Era ali que a população da cidade colonial manifestava a sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (MACEDO e ROBBA, 2003, p.22).

No século XIX, pela influência cultural exercida pela França e Inglaterra, houve o surgimento de campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades. “Embalado pelas políticas sanitaristas vigentes, o processo de remodelação urbana foi usado como justificativa para expulsar as camadas mais pobres da população que porventura ocupassem as áreas centrais” (MACEDO e ROBBA, 2003, p.27). A construção

de praças ajardinadas e grandes avenidas arborizadas causou a demolição de muitos imóveis e a população pobre foi desalojada e transferida para a periferia das cidades.

Neste período as praças passaram a ser áreas destinadas somente à contemplação da natureza e ao descanso, deixando de serem usadas como mercado, áreas de manifestações de cunho militar, político e religioso e áreas de recreação. A praça agora é um belo cenário ajardinado voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio legitimado pela valorização do uso de vegetação na cidade como forma de amenizar os efeitos da urbanização intensa dos grandes centros.

A partir da segunda metade do século XX, o adensamento da cidade leva a uma conseqüente diminuição da quantidade de espaços livres entranhados na malha urbana, valorizando ainda mais os remanescentes. Os espaços livres, principalmente os informais, como várzeas, campos e arrebaldes, passam a ser ocupados por edificações. Nessa etapa, o espaço livre público e urbano torna-se uma das opções de área de lazer existentes na cidade. Os parques e praças públicas passam a ser utilizados para tal fim, ainda que dedicados exclusivamente a atividades contemplativas (MACEDO e ROBBA, 2003, p.32).

Esse adensamento da cidade fez com que os espaços urbanos fossem planejados funcionalmente para suprir as necessidades da cidade relativas à habitação, trabalho, lazer e circulação. Neste contexto, o lazer foi um dos itens que o urbanismo moderno estabeleceu como de suma importância para o habitante urbano do século XX. Sendo assim, os espaços livres públicos se tornam uma das opções mais significativas de área de lazer urbano.

Entretanto, a lógica que sustentou tais projetos estava baseada na idéia de “lazer ativo”⁷, que priorizava as atividades esportivas e a recreação infantil. Isto caracterizou uma nova linha de projetos paisagísticos urbanos concretizados com a implantação de quadras esportivas, playgrounds e pistas de caminhada nas praças. É importante ressaltar que, mesmo com essa nova linha o lazer contemplativo nunca deixa de ser proposto e o lazer cultural é apresentado como inovação dos projetos (como por exemplo, a implantação de museus, anfiteatros e conchas acústicas).

AS PRAÇAS QUE A GENTE VIU!

A partir de nossa análise tivemos a possibilidade de observar que as praças apresentam uma grande variedade de “modelos”, os quais demonstram configurações diversificadas no que tange a disposição e a variedade dos equipamentos. Gostaríamos de salientar que essas questões podem influenciar de maneira significativa no uso e na apropriação uma vez que dependendo da forma como os equipamentos são ofertados a comunidade dará sentido e significado aos mesmos.

Outro aspecto por nós observado baseia-se no fato de que em algumas cidades as praças estão limitadas basicamente a serem uma via de passagem, sendo consideradas meramente uma quebra de edificações. Desta forma, os usuários as utilizem somente como trajeto. Essa relação de “passagem” com o espaço não gera um vínculo com o lugar, impossibilitando experiências diversificadas no âmbito do lazer. A partir disso podemos questionar: *Como a população pode valorizar o espaço/ equipamento de lazer quando não estabelece vínculos com o lugar?*

Detectamos também algumas particularidades interessantes em relação a variedade e quantidade de equipamentos. Entre elas podemos citar como exemplo algumas praças visitadas onde a falta de equipamentos reduz as possibilidades de uso e apropriação. Praças

⁷ Conceito utilizado por MACEDO e ROBBA (2003).

onde os equipamentos que compõem o ambiente são unicamente centrados em alguns bancos, estátuas, escorregadores e balanças, em quantidade e condições de manutenção que consideramos inapropriadas.

Ainda em relação à variedade de equipamentos, um exemplo interessante foi encontrado na cidade de Maringá. A Prefeitura proporcionou a população um modelo de praça denominado de “Academia da Terceira Idade”, que apresenta uma estrutura física totalmente diferenciada. Nesta Academia verificamos 11 equipamentos que fogem ao modelo das academias de ginástica e musculação conhecidas pela maioria da população. Além de proporcionar diversos tipos de exercícios físicos, oportunizam novas experiências corporais. Apesar de o espaço visar atender majoritariamente a população idosa, isso não impede que seja utilizado por outras faixas etárias, pois o espaço é atrativo até para as crianças.

Além da proposição dos espaços, não podemos deixar de discutir sobre a localização destes espaços no ambiente urbano. Observamos uma política de descentralização das praças na cidade de Maringá, onde as “Academias da Terceira Idade” estão distribuídas em diversas regiões da cidade buscando facilitar o acesso a esses espaços no cotidiano dos moradores das regiões mais afastadas.

No que se refere à manutenção dos espaços e equipamentos averiguamos que esta se apresentou deficitária na grande maioria dos locais pesquisados, sendo inúmeros os problemas, variando de praça para praça. Em alguns casos notamos muito lixo nas praças além de graves problemas com fezes de animais. Entretanto o principal descaso observado foi com relação aos banheiros públicos presentes em algumas das praças pesquisadas que, na maioria das vezes, se apresentam em condições precárias, sendo em alguns casos inutilizáveis.

Ainda referente a discussão da manutenção, na cidade de Cambé, encontramos a “Praça Vila Brasil”, a qual se diferencia da grande maioria dos espaços públicos observados durante a pesquisa, pois sua manutenção é feita por uma associação de moradores (o que não pressupõe uma manutenção mais adequada). Isso é importante porque a própria população tem a possibilidade de avaliar as necessidades locais criando um vínculo com o espaço público, buscando sempre melhorias e não deixando que este seja abandonado pelo poder público.

AS PRAÇAS QUE A GENTE QUER!

Entendemos que um espaço público de lazer não deve limitar as possibilidades de apropriação, oferecendo diversas vivências lúdicas, tanto coletivas quanto individuais. São essas diversidades de experiências que possibilitam aos sujeitos uma ressignificação dos espaços fazendo com que os mesmos possam entender a importância dessas práticas para o desenvolvimento de suas relações sociais. Enquanto isso não ocorre continuamos observando, em algumas situações, um grande descaso das políticas públicas com estes ambientes.

É interessante ressaltar que a organização física/estrutural do espaço “praça”, deve buscar não pré-determinar através dos equipamentos constituídos as formas de apropriação. Indicamos, que os espaços multifuncionais e adaptáveis podem gerar formas mais livres e criativas de uso, possibilitando ao frequentador apropriar-se do espaço da maneira que lhe for mais agradável e necessária. Isto pode possibilitar uma maior participação da comunidade na dinâmica das praças. Acreditamos que esses ambientes devem atender: a contemplação, esporte, cultura, convívio social, serviços, circulação, entre outras dimensões.

O que notamos ser positivo é a inovação e variação dos espaços no meio urbano. Se não for possível proporcionar um espaço que englobe grande número de possibilidades se torna interessante propor diferentes tipos de espaços em uma mesma cidade visando trazer variadas alternativas a população. Enfatizamos também que as praças devem estar descentralizadas, visando atingir o maior número de comunidades possível.

No que tange a manutenção, acreditamos que, tão importante quanto a disponibilização de novos espaços públicos de lazer, é a necessidade do desenvolvimento de políticas de recuperação e manutenção dos espaços já disponíveis no meio urbano, pois a falta de cuidados com as praças influencia diretamente no uso, dificultando a apropriação efetiva por parte dos usuários. Assim enfatizamos a necessidade de limpeza, segurança, iluminação, etc.

A partir de nosso referencial acreditamos que, dependendo da localização, as praças devem adquirir várias e distintas funções:

- Em áreas centrais, a praça é a alternativa naturalista para a amenização das condições climáticas, da qualidade do ar e insolação. Além de espaço destinado ao lazer, serve também como espaço articulador e centralizador da circulação de pedestres. Também servem como pontos integradores dos meios de transporte coletivo de algumas cidades.
- Nas áreas habitacionais, a praça se consolida como área de lazer servindo para a convivência das pessoas. A chamada praça de bairro atrai os moradores das proximidades, que a freqüentam a fim de desfrutar de momentos de tranqüilidade em áreas arborizadas e ajardinadas.

São essas proposições que nossos estudos apontam com emergenciais, pois buscamos contribuir com novas alternativas para as políticas públicas com referência aos espaços e equipamentos de lazer e esporte.

As praças que desejamos não são apenas espaços públicos esvaziados, mas sim um palco de representações sociais diárias, onde todos têm a liberdade de atuar, abrindo espaço para as manifestações mais intensas, criando, recriando e ressignificando a cultura. Desta forma talvez seja possível vincular efetivamente o espaço público a vida cotidiana, fazendo com que os sujeitos urbanos se tornem autores e protagonistas das cenas do dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Rodrigo de; RECHIA, Simone. O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação? **Esporte e Lazer – Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas** / organizadores CAVICHIOLLI, F. R.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L. Jundiaí, SP: Fontoura: 61-74, 2006.

GEERTZ. C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC – Livros técnicos e científicos Editora S. A ., 1989.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A Categoria Espaço na Teoria Social. **Revista Temáticas**. Campinas, 4(7): 191-238, jan./jun. 1996.

MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. **Praças Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MARCASSA, Luciana. As faces do lazer: categorias necessárias a sua compreensão. Anais do **Encontro Nacional de Recreação e Lazer** - 15 ENAREL. Santo André, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, Espaço Urbano e Transversalidade. **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. / João Eloir Carvalho (Org.) – Curitiba: Champagnat: 71-82, 2006.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e Utopia: limites e possibilidades de ação política. Revista Movimento. Porto Alegre, vol. 11, n°3, p.155-182, setembro/dezembro, 2005.

MÜLLER, Ademir. Espaços e Equipamentos de Lazer e Recreação e as Políticas Públicas. In: MÜLLER, Ademir, BURGOS, Miria Suzana. (Org.). **Coletânea de Textos do Encontro Nacional de Recreação e Lazer** - 14 ENAREL. 01 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, v. 01, p. -.

RECHIA, Simone. O Pulsar da Vida Urbana: O espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. / João Eloir Carvalho (Org.) – Curitiba: Champagnat: 91-102, 2006.

Dados dos autores:

Nome: Talita Marques Santos

Endereço: Rua Cascavel, 411, Casa 04

Bairro: Boqueirão; **Cidade:** Curitiba-Pr; **CEP:** 81.670-180

E-mail: tali_ufpr@yahoo.com.br

Nome: Rosane Fátima Píkussa

Endereço: Rua Dr. Julio Cesar Ribeiro de Souza, 1540

Bairro: Hauer; **Cidade:** Curitiba-Pr; **CEP:** 81630-200

E-mail: roseufpr@yahoo.com.br

Nome: Thiago de Oliveira

Endereço: Rua Roraima 518, Apt 2

Bairro: Cajuru; **Cidade:** Curitiba-Pr; **CEP:** 82940-330

E-mail: thiago_loh@yahoo.com.br

Nome: Felipe Sobczynski Gonçalves

Endereço: Rua Carlos Klemtz, 1410 Bloco-21 Ap-04

Bairro: Fazendinha; **Cidade:** Curitiba-Pr; **CEP:** 81.320-000

E-mail: fe.lipinho@bol.com.br